

Eleição para prefeito será votada em maio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Somente a partir do dia 7 de maio, o Congresso Nacional deverá discutir e votar proposta de emenda constitucional fixando para 15 de novembro deste ano as eleições diretas de prefeitos das capitais, municípios de segurança nacional e estâncias hidrominerais, segundo informaram ontem, em Brasília, os vice-líderes Luiz Henrique e Sival Guazelli e, o relator-geral da comissão interpartidária que preparou a reforma eleitoral, deputado João Gilberto, todos do PMDB.

O líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, pretendia realizar hoje a votação da emenda das eleições municipais. Para lembrar que, há exatamente um ano, pela omissão da maioria pedessista, o Congresso rejeitou a emenda das diretas já para presidente da República. O agravamento do estado de saúde de Tancredo Neves, no entanto, provocou o adiamento da votação para os dias 29 e 30. Com a morte do presidente eleito, a votação da emenda que restabelece a autonomia política das capitais e outros municípios deverá ficar para 7 e 8 de maio.

No substitutivo da comissão interpartidária, que será apresentado como emenda a uma propos-

ta já em tramitação, ficará estabelecido que nas eleições municipais deste ano poderá haver coligação entre partidos, mas fica proibida a sublegenda. A propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV também será permitida.

REUNIÃO DO PFL

A Comissão Executiva do Partido da Frente Liberal reúne-se hoje em Brasília para discutir a proposta da comissão interpartidária da reforma eleitoral e partidária, que deverá ser votada no próximo dia 15, segundo o secretário-geral, deputado Saulo Queiroz.

A reunião servirá para um exame prévio das medidas propostas pela comissão interpartidária, que serão depois submetidas a consideração das bancadas do PFL no Senado e na Câmara, "para se tomar uma posição clara e definitiva sobre o emendamento", explicou o líder Carlos Chiarelli. As bancadas serão convocadas para um encontro no início da próxima semana, em dia a ser fixado pela Executiva.